

ARQUITETAR PARA VIVER. EDUCAR PARA CONSERVAR: FACES DA QUALIDADE AMBIENTAL E DA QUALIDADE DE VIDA NA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Solange T. de Lima Guimarães, Depto. de Geografia
– IGCE/UNESP, Rio Claro, hadra@uol.com.br
Cristiane Dacanal, aluna especial do
Prog. Pós-Grad. em Engenharia Civil - UNICAMP,
Campinas, cris_arquiteta@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo trata da qualidade do meio ambiente urbano e sua influência na qualidade de vida das populações. Primeiramente, resgata as diversas maneiras que o Meio Ambiente e os elementos da Natureza foram tratados historicamente, na busca da melhoria do bem estar das populações, ou seja, da qualidade de vida, relacionando esta abordagem às principais correntes de urbanismo inerentes a cada época. Conceitua a qualidade ambiental e de qualidade de vida na atualidade, sob a ótica da sustentabilidade ambiental. Enfim, trata sobre a participação efetiva das populações contemporâneas na gestão das cidades, demonstrando como pesquisas fundamentadas na Percepção, Interpretação e Representação Ambiental podem facilitar a detecção de problemáticas ambientais, na medida em que se relacionam à mensuração subjetiva da qualidade de vida. Assim, através de programas de Educação Ambiental direcionados a comunidades específicas, é possível ampliar o comprometimento das populações na gestão urbana, visando a conservação ambiental.

Palavras-chave: qualidade ambiental; qualidade de vida; conservação ambiental.

Abstract

This article treats the urban environment quality and its influence in the population's life's quality. At first, it rescues the diverse ways that the Environment and the elements of the Nature had been historically treated, in the search of the improvement of populations' welfare, or either, the quality of life, relating this boarding to the main urban currents inherent to each time. It appraises the environmental quality and quality of life in the present time, under the optic of environmental sustainability. At last, it treats on the real participation of the contemporary populations in the urban management, demonstrating as research based on the Environmental Perception, Interpretation and Representation can facilitate the detention of environmental problems, since this becomes related to the subjective measure quality of life. Thus, through Environmental Education programs directed to specific communities, it is possible to extend the responsibility of the populations in the urban management, aiming the environmental conservation.

Key words: environmental quality; quality of life; environmental conservation.

Sobre Visões e Rumos...

As concepções e as expectativas referentes à qualidade ambiental e a qualidade de vida nas cidades apresentam uma variação espaço-temporal, onde aspectos geográficos, sócio-econômicos e culturais assumem importantes significados, fundamentando-se não só em indicadores quantitativos e objetivos, assim como também, em aspectos subjetivos relacionados ao bem-estar dos indivíduos e das populações. Deste modo, durante toda a história da humanidade podemos verificar a busca por regiões geográficas mais propícias à sobrevivência, ao estabelecimento das relações humanas em todos os seus sentidos, principalmente em associação direta à existência de recursos ambientais e naturais, a exemplo da água em condições de potabilidade, garantindo a vida de todas as criaturas humanas ou não, e as condições de assentamentos territoriais e de fluxos de mercados e respectivos intercâmbios.

De natureza multi-dimensional, ambos os conceitos fazem parte de nossas preocupações e buscas de soluções adequadas na atualidade, constituindo várias das mais relevantes questões da crise ambiental do presente, seja nos domínios da biosfera, da tecnosfera ou da psicosfera. Entretanto, estas preocupações não são recentes, mas desde a antiguidade sempre espelharam desejos, necessidades e expectativas semelhantes em todas as sociedades. Para comprovar este fato, encontramos registros arqueológicos que testemunham as ações no sentido da humanização das paisagens visando atender os mais diferentes tipos de necessidades individuais ou coletivas, subjetivas e objetivas, imediatas ou não, a exemplo de antigos sítios urbanos de origem romana, grega e israelense, entre outros, onde vemos os remanescentes das edificações dos banhos e sanitários públicos, aquedutos, esgotos, etc. (GUIMARÃES, 2005/a)

Os relatos de Platão e Plínio atestam minuciosamente as preocupações concernentes à manutenção do equilíbrio da qualidade de vida e do meio ambiente de suas épocas, e também trazem ao nosso conhecimento, informações sobre as interferências antrópicas no ambiente físico e os impactos ambientais conseqüentes. Hipócrates, nascido no ano 460 A.C na antiga Grécia, não só afirmava que “*O homem é uma parte integral do Cosmos e só a Natureza pode preservar e curar os seus males*” como também em sua obra “*Dos Ares, das Águas e dos Lugares*”, elaborou um dos primeiros trabalhos sobre aspectos geográficos relacionados ao saneamento e saúde pública, considerando que “*os atributos físicos e de temperamento das várias populações da Europa e da Ásia eram determinados pelas características físicas de cada região em particular, tais como clima, topografia da região, composição do solo e qualidade da água*”. Sob a ótica de uma visão integrada, procurava identificar e analisar os possíveis elementos e aspectos da paisagem que influenciavam na qualidade e no equilíbrio do relacionamento Homem/Meio Ambiente, em suas dimensões naturais e construídas (DUBOS, 1974; GUIMARÃES, 2004; 2005/a).

Durante o período medieval, com o estabelecimento dos fluxos migratórios de Ocidente e Oriente, advindos das grandes conquistas territoriais e das cruzadas, mais o controle e a manipulação do conhecimento científico gerado pelas posições e sanções eclesiásticas cristãs, associados a falta de condições de higiene e saneamento das cidades, vilas e moradias existentes na época, constatamos fatores que contribuíram diretamente na propagação de várias doenças, a exemplo das epidemias conhecidas como “*pestes*” ou “*pragas*” que varreram a Europa, dizimando suas cidades e circunvizinhanças, atravessando séculos, sem exclusão de classes sócio-econômicas.

Durante o final do século XVII, começaram a surgir visões que resgatavam e vinculavam, simultaneamente, as diversas condições ambientais aos problemas resultantes da falta de saneamento, a exemplo das ocorrências de epidemias e outras doenças infecto-contagiosas transmitidas por águas contaminadas e outros vetores biológicos, como as pragas sociais. Porém, em muitos casos, estas visões traziam aspectos de um determinismo ambiental, promovendo a exclusão de áreas urbanas (incluindo proibições de deslocamentos de suas populações e, sob certos aspectos, a formação de “guetos” tendo por base preconceitos e ignorâncias) ou de regiões geográficas consideradas como insalubres.

Segundo Barret (2002), o pioneirismo no campo da Geografia Médica envolvendo estudos sobre as condições de qualidade ambiental e de qualidade de vida especialmente das populações urbanas da Europa, é atribuído aos franceses, destacando-se o físico Dehorne e seu trabalho publicado no *“Journal de Médecine Militaire”* no ano de 1782, e posteriormente ao médico, Jean-Noel Hallé, na *“Encyclopédie Méthodique”* (1787; 1792). Destacou-se também neste período o trabalho de Leonhard Ludwig Finke com a publicação de sua obra *“Versuch einer allgemeinen medicinisch-praktischen Geographie worin der historische Theil der einheimischen völker und Stoaten-ArzeneyKunde vorgetragen wird”*, entre 1792 e 1795.

Contudo, Urteaga (1980) ainda resgata os trabalhos desenvolvidos na Espanha, recordando-nos a obra de Llansol (1797), *“Topografia Médica de Alcira y de los Riberos del Xucar”*, ao lembrar que tais tratados eram institucionalmente apoiados, promovidos e publicados por corporações médicas, tendo em vista, a divulgação de informações e conhecimentos sobre as realidades geográficas e os aspectos principais das suas paisagens naturais e construídas, correlacionando aos diagnósticos ambientais, as patologias e suas medidas terapêuticas de caráter preventivo ou mitigador. Cabe destacar aqui, a importância que estes tratados atribuíam ao meio urbano, trazendo minuciosas descrições e, relacionando possíveis fatores pertinentes à higiene urbana: condições de abastecimento de água, situação e descrição de edifícios e moradias (incluindo os anti-higiênicos), traçados de plantas das cidades), etc.

No final do século XVIII, permaneciam ainda as concepções do médico inglês Thomas Sydenham (1624-1689), devido aos seus vários estudos epidemiológicos influenciados pelas premissas de Hipócrates que vinculavam certas patologias às condições do meio ambiente, dando origem ao movimento conhecido como Higienismo, cujos princípios preconizavam que *“a causa de todas as doenças residiam na Natureza e que a Natureza possuía um instinto para curar a si mesma”*. De acordo com Urteaga (1980), as intervenções nas antigas estruturas urbanas visando melhores condições de higiene e saneamento, constituíram os principais marcos desta nova visão. Assim, o Sanitarismo urbano, de Hipócrates, em *“Dos ares, das águas e dos lugares”*, trazendo conceitos de higiene pública em função do planejamento e ordenamento territorial das cidades, foi sendo retomado e adaptado no final do séc. XVIII com o Higienismo, largamente utilizado nos planos urbanos até meados do séc. XX. Sob esta ótica, a ordem espacial valorizava, entre outros aspectos, a ação dos ventos e a utilização das águas para a descontaminação das cidades, surgindo no séc. XIX as redes de saneamento urbano (FRANCO, 1997).

No século XIX, as antigas preocupações emergiram com intensidade crescente, somando-se a outras decorrentes das políticas colonialistas de vários países europeus e também da Revolução Industrial, em razão das condições geradas pela multiplicidade de conseqüências dos processos, impactos e riscos ambientais relacionados às viagens internacionais e às precárias condições de urbanização e industrialização, degradando a qualidade ambiental e de vida das cidades e de seus habitantes. Este período histórico revelou imagens de um

cenário de misérias e exclusões sociais, econômicas e ambientais marcadas pela intensa poluição, péssimas condições de trabalhos, deterioração e poluição dos ambientes naturais e construídos, baixa qualidade de vida, refletidas no acúmulo de resíduos, nos índices de longevidade e nas taxas de mortalidade, na alta concentração populacional nos centros urbanos, na expansão irregular e acelerada de áreas industriais, expressando também um caos nas inter-relações entre o ser humano e seu meio ambiente, evidenciando-se nitidamente uma ruptura entre os padrões sanitários da época, a utilização e a proteção dos recursos naturais. (GUIMARÃES, 2005/a).

Na segunda metade do século XIX, as reações e questionamentos diante destas conjunturas adquiriram visibilidade e força de expressão internacional, através de ações englobando campanhas, programas e políticas visando melhorias dos índices de qualidade ambiental e de qualidade de vida. De acordo com Dubos (1974), a publicação das obras de Max von Pettenkoffer "*The Value of Health to a City*", em 1873, e de Benjamin W. Richardson, "*Hygeia: A City of Health*", em 1876, influenciaram e contribuíram muito para a elaboração e implementação de programas de planejamento urbano, habitacional, de saneamento, paisagístico, tendo em vista os problemas que repercutiam nesta época, tanto aqueles relacionados a fatores ambientais externos como à experiência psicológica ambiental. (GUIMARÃES, 2004; 2005/a)

Hough (1990), ao apresentar Edwin Chadwick e o sanitaria Benjamin Ward Richardson, como responsáveis pela proposição de "*Hygeia, a cidade saudável*", criada em razão das péssimas condições físicas e sociais das cidades, aponta diferentes aspectos tais como, a queda na taxa de mortalidade alcançada através das seguintes medidas: [1] *limitação da densidade populacional* a vinte e cinco pessoas por acre; [2] obrigatoriedade de toda casa possuir um *jardim*, bem como os edifícios públicos, e [3] *limpeza das ruas*. No Brasil, Saturnino de Brito foi o engenheiro de maior representatividade na elaboração de planos urbanos com preocupação sanitaria no início do séc. XIX, como foram implementados nas cidades de Vitória, Recife e Santos, embora os conceitos também tenham sido aplicados pelos Modernistas em meados do século XX, a exemplo de Brasília, concebida por Lúcio Costa e os edifícios por Oscar Niemayer (FRANCO,1997).

Também lembramos aqui o relevante papel do médico higienista Oswaldo Cruz (1872-1917), desde finais do século XIX até meados do século XX, no saneamento urbano de nosso país, diante de doenças de veiculação hídrica, peste bubônica e das epidemias de doenças tropicais, a exemplo da malária e febre amarela que assolaram e continuam presentes na vida das populações brasileiras. Este cientista manteve uma visão integrada a respeito dos principais problemas sanitários e suas respectivas profilaxias para nossas cidades, considerando as interrelações das condições físico-biológicas de insalubridade, e daquelas de ordem sócio-econômica e cultural, mesmo diante de seus opositores políticos e demais resistências de sua época, a exemplo, de suas atuações nas cidades de Santos (SP) do Rio de Janeiro (RJ).

Na Arquitetura, Le Corbusier, (1887-1965), propôs a baixa densidade das construções em meio a grandes *parques*, entretanto, as preocupações ambientais contemporâneas aos seus projetos não condizem com as realidades e questões ambientais atuais. Os materiais construtivos eram aço, concreto e vidro; o zoneamento da cidade associado ao sistema viário incentivava o uso de transportes, que teriam suas linhas interconectadas; propunha a destruição das cidades antigas e a construção das *Green Cities*... Embora valorizassem as áreas verdes, o dispêndio energético e de recursos naturais ainda não se traduzia como uma preocupação de natureza ecológica para os modernistas.

Em relação aos valores estéticos, promotores da percepção de uma paisagem organizada e limpa, aspectos que também fazem parte da qualidade ambiental e de vida, temos o paisagismo formal do período clássico como precursor. Nos períodos do Renascimento e Barroco observamos uma valorização da estética e da razão geométrica das formas e da própria vegetação na composição da paisagem, tratada como um elemento destacado pela atribuição de valores de contemplação e estéticos na apreciação dos cenários paisagísticos.

No Brasil, o Monumentalismo evocou ao mesmo tempo conceitos do paisagismo formal e do Sanitarismo, valorizando através do desenho urbano, os edifícios e espaços públicos das cidades, no período da ditadura militar. Um exemplo é o plano de Goiânia (GO), formulado por Atílio Correa Lima, que constava de um plano geral monumentalista, mas ao mesmo tempo, seus setores residenciais apresentavam um traçado orgânico entremeado de áreas verdes, com bases nos desenhos das cidades jardins.

Alguns movimentos trataram as áreas construídas sob visões mais conservacionistas, como uma reação aos problemas da urbanização crescente e a conseqüente baixa qualidade de vida das cidades industriais. Exemplos são o *Parks Movement* nos EUA, tendo como representante *Olmstead*, e a *Cidade Jardim inglesa*, criada por Howard. Ambos os modelos integravam os parques naturais aos planos urbanos, dando maior importância à conservação das áreas verdes e considerando o ser humano como parte integrante da Natureza. Estas correntes de urbanismo e paisagismo fundamentaram-se nas visões de Marsh (1862) e Thoreau (1864), de acordo com Franco (1997). Para esta autora, Marsh destruiu o conceito de superabundância em relação aos recursos naturais, estabelecendo diretrizes que visavam a conservação e a recuperação da paisagem, responsabilizando as ações humanas pela deterioração ambiental. Já Thoreau (1864), citado pela mesma autora, tratava o Homem como parte integrante da Natureza, partindo de experiências de vida pessoais que o aproximaram do mundo natural.

Segundo Hough (1990), a *Cidade Jardim (Garden City)* era antiurbana, reagindo às pressões do industrialismo e das grandes cidades. Tendo em vista estas conjunturas, Howard (1898), acreditava que a descentralização urbana seria a solução para a melhoria da qualidade de vida e a contenção da expansão das cidades. Ao defender a vida no campo aliada à vida ativa da cidade, Howard propôs também uma reforma social, pois acreditava que a solução para o capitalismo opressivo seria a democracia e a organização cooperativa (CHOAY, 2000; HOUGH, 1990).

No Brasil, estes movimentos urbanos resultaram nos bairros jardins na década de 1930, como o Pacaembu e o Jardim América em São Paulo, projetos de Barry Parker. Embora seus aspectos de igualdade social tivessem sido voltados para as elites, os bairros jardins possuíam ruas em diagonal, altos índices de espaços públicos, áreas verdes mais densas permeando a paisagem construída, casas de alto padrão, valorizando o espaço urbano através da inserção de elementos da Natureza, aproximando as expectativas de qualidade de vida urbana, seguindo os estilos europeus, porém, adaptados ao clima e tradições do Brasil (WOLFF, 2001).

Atualmente, a *Cia City de Desenvolvimento*, responsável pelos primeiros bairros jardins brasileiros, tem como missão “o desenvolvimento urbano, criando bairros-jardim, dotados de segurança, que entusiasmem os moradores pela qualidade de vida que proporcionam, estruturando e apoiando associações de moradores e dotando nossos colaboradores, de uma organização profissional que pratica a melhoria contínua e reconhece valores por elas criados e agregados” (CIA. CITY DE DESENVOLVIMENTO, 2002). A qualidade ambiental e

de vida urbana atual incorpora a segurança em sua lista de necessidades, considerando-se os índices de violência e criminalidade nas cidades. Neste sentido, podemos verificar uma tendência das classes se organizarem em associações de bairros em torno da defesa dos direitos de infra-estruturas, manutenção e equipamentos urbanos, quer seja por classes econômicas mais carentes, como exigências às prefeituras, quer pelas classes abastadas através da formação de condomínios.

Ao considerarmos as diferentes concepções de qualidade ambiental e de vida no planejamento das cidades no Brasil, destacamos o trabalho de Franco (1997), que define o Desenho Ambiental como *“arte ou ciência dedicada à valorização da qualidade de vida das cidades”*, baseando-se em princípios ecológicos, processos e mudanças: economia de energia, diversidade como base para saúde ambiental e social, educação ambiental e, conseqüentemente, a integração do ser humano com os processos naturais. Dentro destes mesmos princípios, McHarg (1997) *apud* Mota (1999:26) define *“planejamento ecológico como aquele em que uma determinada região é entendida como amplo processo biofísico e social através da ação de leis do tempo”*, de maneira que nossas ações devam considerar os aspectos sociais e biológicos e físicos.

Diante das mais variadas conjunturas, vemos que a qualidade ambiental no meio urbano vai, fundamentalmente, ao encontro das perspectivas humanas em relação à própria qualidade de vida, pois sendo a cidade uma construção do espaço que parte das práticas e representações sociais, contextualizadas em momentos históricos e culturas diversas, a paisagem urbana representa nada mais que evoluções de modos de vida e da busca de ambientes que satisfaçam as necessidades de uma ou outra sociedade.

Assim, a Qualidade Ambiental no mundo contemporâneo vem sendo discutida relevando-se os princípios formulados nos anos 60 e 70, tais como os da Escola de Chicago, por McMillan e outros desde 1897; pelo conceito de Ecossistema, por Tansley em 1935, posteriormente, pela Hipótese de Gaia, desenvolvida por Lovelock na década de 1970, e pelas redes de interação discutidas por Fritjof Capra, nas décadas mais recentes. O princípio comum entre as correntes é o da interdependência e interatividade entre os componentes vitais, o que aproximou os fatores humanos dos não-humanos, unindo as relações Homem-Natureza.

Como podemos observar, muitas concepções variaram profundamente da Antiguidade até nossos dias, porém, diversas conseqüências negativas dos impactos ambientais continuaram a predominar nos espaços de nossas cidades, alcançando níveis nunca antes imaginados em relação à perda do equilíbrio e da qualidade ambiental, bem como da qualidade de vida dos seus habitantes. Deste modo, continuamos a enfrentar e a buscar soluções para situações e danos temporários ou permanentes que afetam os ecossistemas naturais e construídos, gerando exclusões e conflitos sócio-econômicos, ecológicos, culturais e psicológicos, que ameaçam e fragilizam ainda mais as estruturas de segurança ambiental, sendo refletidos nos mais insólitos ângulos pertinentes às condições de sobrevivência e convivência de nossas sociedades. (GUIMARÃES, 2005/a; 2005/b)

Tendo estas reflexões em vista, tomamos consciência de que a cidade, e conseqüentemente, a transformação de energia e matéria em prol do conforto e outras conveniências humanas, seja uma das fontes geradoras de impactos ambientais negativos, ameaçando a disponibilidade e qualidade dos recursos ambientais e naturais, podendo colocar em risco as condições da própria existência humana.

Deste modo, a preocupação com a qualidade do meio ambiente e a conservação/preservação dos recursos naturais, associada à qualidade de vida, leva à aproximação de distintas visões de mundo das populações. Novos conceitos de planejamento e de desenho urbano surgem, buscando solucionar os problemas ambientais. Há uma revalorização do papel da Natureza atuando sobre os índices de qualidade ambiental e de vida, muito embora estas noções de qualidade ambiental de um lugar, em função da disponibilidade e utilização dos recursos ambientais fossem constatadas milenarmente, todavia, não envolviam uma consciência no sentido de uma avaliação ecológica da capacidade de suporte e de carga dos seus ecossistemas.

Assim, novos movimentos urbanísticos surgiram a partir das Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente a partir da década de 70, como as *Ecotécnicas* – a Permacultura, a *Ecovillage*, a *Ecocity*, o *New Urbanism* e a *Healthy City* – que visam de modo geral solucionar os problemas das cidades atuais através de medidas diversas (cada ecotécnica possui suas preocupações principais): tratamento e reaproveitamento da água, maior permeabilidade do solo urbanizado em vista da minimização de enchentes e menor velocidade de escoamento das águas pluviais, fatores que contribuem para a remoção do solo fértil exposto, agricultura orgânica, tratamento de resíduos, educação ambiental, minimização no uso de transportes automotores, variabilidade do uso do solo, aproveitamento energético como a luz solar e os ventos atuando sobre o conforto climático das edificações, aquecimento da água com placas solares, preservação de áreas verdes remanescentes e revitalização de áreas degradadas (COCOZZA, 2002).

A tendência do urbanismo contemporâneo é de ampliar os valores ambientais, de modo que o paisagismo supere o valor puramente estético, valorizando-se a ecologia urbana e o planejamento ambiental (FRANCO, 1997). Como podemos observar através de várias experiências na atualidade no cenário urbano, há um pensamento voltado ao retorno e reutilização dos recursos ambientais e naturais, na redução da geração de resíduos e reciclagem, na minimização dos gastos energéticos a partir da elaboração de materiais e técnicas construtivas alternativas, na justiça social e ecológica através da participação popular na gestão urbana e ambiental, na preservação da pluralidade cultural, bem como do seu patrimônio natural e construído como um todo, etc., fatores que unidos representam e concretizam a idéia de *sustentabilidade ambiental*.

Mas, reagindo negativamente aos novos paradigmas e contextos ambientais, encontramos a maior parte das populações, por ainda não possuírem um grau de sensibilização e de consciência de “*ser parte*”, diante da necessidade emergencial de transformação de suas atitudes e condutas nas ações cotidianas, fundamentais para o equilíbrio e manutenção de melhores indicadores territoriais e sociais objetivos e subjetivos de qualidade do meio ambiente na gestão urbana. (GUIMARÃES, 2004; 2005/a; 2005/b). Analisadas as conjunturas atuais, observamos que o desenvolvimento de tecnologias acabou por mascarar muitas conseqüências dos impactos ambientais negativos sobre a qualidade de vida humana, sendo que as pessoas nem sempre conseguem associar suas causas e efeitos de forma clara e direta. Contudo, a discussão inadiável sobre os problemas ambientais, proporcionou o acesso às informações e à difusão de práticas e experiências conservacionistas, contribuindo para a sensibilização e conscientização da população de modo geral, mesmo que a pequenos passos.

Questões sobre a percepção, interpretação e representação da qualidade ambiental e da qualidade de vida envolvem aspectos geográficos, ecológicos, culturais e sócio-econômicos, facilitando a elaboração de programas de necessidades na escala do bairro, bem como

subsidiar o desenvolvimento e a implementação de programas visando melhores estratégias e práticas de conservação e preservação relacionadas às diferenças das realidades ambientais. Junto a isto, logicamente se faz necessária e emergencial uma mudança de posicionamento tanto na gestão urbana quanto na execução de planos urbanos e arquitetônicos, aliando as necessidades humanas às questões ambientais, entendidas como partes de um sistema único, em permanentes transformações interativas.

Variações na Percepção e Interpretação das Concepções sobre Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida

As paisagens não são as mesmas ou iguais em todas as partes, considerada a variabilidade da dimensão espaço-temporal; simultaneamente, também não somos iguais e nem permanecemos os mesmos durante a evolução de nossas experiências e memórias perceptivas – existem mudanças e transformações. Os processos de cognição, percepção, interpretação e a representação do meio ambiente são elaborados a partir de múltiplas variáveis, levando-se em conta as características individuais [gênero, faixa etária, etc], herança cultural e classe socioeconômica de cada ser humano, de maneira que o fenômeno observado se diferencia e é qualificado de acordo com um certo olhar em um dado momento. Portanto, a qualidade ambiental deve ser compreendida como um processo permanente de qualificação e valoração, no qual o Homem avalia o meio ambiente partindo de padrões e de valores construídos e aprovados de maneira individual ou coletiva, que influenciam direta e/ou indiretamente os novos padrões e a busca de satisfatores e indicadores relacionados, por sua vez, à mensuração dos níveis de qualidade de vida a partir dos nossos referenciais egocentrados e exocentrados,

Nos anos posteriores a II Guerra Mundial, o uso da expressão “qualidade de vida” se tornou comum (FAQUHR, 1995), sendo inicialmente utilizado com referência aos recursos materiais, e incluído no texto do *Relatório da Comissão dos Objetivos Nacionais*, em 1960, pelo Presidente Eisenhower, quando se referia ao crescimento econômico, educacional, às condições de saúde e de bem-estar individual, à defesa do mundo não-comunista. (MENDES, 2003). De acordo com Fleck (1998), a expressão também foi utilizada em 1964 por outro Presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em referência aos índices de desenvolvimento, afirmando que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas.” (GUIMARÃES, 2004; 2005/a).

Para Guimarães (2004; 2005/a), estas concepções de qualidade de vida, priorizaram fatores associados às preocupações das décadas imediatamente posteriores ao pós-guerra de 1945, marcadas pelas ideologias da guerra fria, pelas necessidades emergenciais de reconstrução das economias de muitos países, pela reorganização espacial das fronteiras geopolíticas, pela ocorrência de processos de trânsito sócio-econômico e de inclusão/exclusão de grupos diferentes, pelo aumento da longevidade humana, etc. Neste período se procurava homogeneizar os padrões de ajustes e adaptação de diferentes sociedades e economias ao modelo norte-americano, utilizando-se de estratégias desenvolvimentistas e de um “marketing” que incentivava um estilo de vida moderno através da aquisição de bens de consumo, ou seja, o ‘estilo americano moderno de viver”, servindo de padrão comparativo e “produto de exportação” para muitos outros países fundamentarem suas próprias estratégias visando atingir melhores patamares de desenvolvimento sócio-econômico durante o período compreendido por estas décadas.

Neste mesmo período, com o intuito de comparar a qualidade ambiental e a qualidade de vida de diferentes populações, a partir do estabelecimento de condições mínimas de infraestruturas, mobilidade acesso sócio-econômicos, criaram-se vários sistemas de indicadores de desenvolvimento, que consistem em listagens de índices de qualidade ambiental ou de vida aos quais são atribuídos valores (pontos). Entre estes sistemas de avaliação, temos a apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas através dos seus Relatórios de Desenvolvimento Humano, aplicado principalmente para medir a qualidade de vida, a partir da expectativa de vida ao nascer (longevidade), educação e renda, ao qual é atribuído um valor entre zero e um. Complementando o *PNB – Produto Nacional Bruto*, que mede a riqueza e rendimento do país, o IDH mede o progresso do desenvolvimento humano.

Esta substituição de conceitos – *qualidade de vida por desenvolvimento humano* - gerou críticas entre os especialistas, pois a nova expressão baseou-se, em um primeiro momento, principalmente nos tradicionais indicadores estatísticos, centrando-se em indicadores objetivos, sobre índices sócio-econômicos e demográficos, tais como escolaridade (nível de instrução); renda (nível de ingresso econômico digno), e esperança de vida (longevidade e vida saudável). Embora seja utilizado amplamente como instrumento de mensuração e avaliação de parâmetros de qualidade de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), exclui muitos aspectos de extrema significância para a avaliação da qualidade de vida, tais como a percepção e interpretação dos níveis de satisfação e de preferências individuais e coletivas, aspectos culturais e regionais. (ALVES, 2003; GUIMARÃES; 2004; 2005/a)

Outro sistema de indicadores proposto por Rodrigues (1991) *apud* Borja & Moraes (2002), é o *IDS – Índice de Desenvolvimento Social*, que se aplica a países em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, tendo como objetivo verificar os níveis de benefício social, tais como o acesso às condições e serviços básicos que delimitam a qualidade de vida da população, em virtude do desenvolvimento econômico. Quanto à saúde da população, a OMS considera a mesma como resultado da interação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, através da cadeia denominada “*Desenvolvimento - Meio Ambiente - Saúde*” (BORJA & MORAES, 2002). Sendo assim, o desenvolvimento urbano não promotor de grandes impactos negativos sobre o meio ambiente, contribuiria de forma positiva para a manutenção dos níveis de saúde da população.

Para vários autores, durante as décadas de 50, 60 e meados 70, podemos observar quadros, formulários, tabelas, etc, elaborados para mensurar a qualidade de vida, onde se verificam itens de ordem objetiva alicerçando parâmetros subjetivos, a exemplo da capacidade de consumo e sentimentos de bem-estar, reconhecimento do status social, ou auto-realização. Posteriormente, o conceito incorporou também outras preocupações, valorizando parâmetros referentes às condições de saúde física e mental das populações, considerando-se, em especial, o aumento da longevidade. Muitos destes parâmetros de avaliação, baseados em dados e fontes oficiais, de caráter universal, receberam críticas severas justamente por excluírem os processos internos, psicológicos dos indivíduos, suas percepções, interpretações e representações, bem como da importância destes mesmos processos na determinação e valoração dos níveis de qualidade de vida. (GUIMARÃES, 2004; 2005/a)

Apesar do estabelecimento de indicadores para a avaliação da qualidade ambiental, os aspectos relacionados à qualidade de vida devem ser analisados a partir de uma aproximação maior com grupo pesquisado, pois seus indicativos variam segundo as necessidades (relacionadas às condições mínimas de sobrevivência) e desejos

(estabelecidos de acordo com a renda/cultura e possibilidades de aquisição) das diversas classes sociais (BRAVO & VERA, 1993). Deste modo, entrevistas e questionários aplicados segundo abordagens qualitativas facilitam o conhecimento e o estabelecimento de indicadores de qualidade de vida pertinentes e apropriados ao grupo focado, sendo também favorável à avaliação subjetiva, associarmos as avaliações e análises quantitativas, tais como as de sistemas de indicadores, na mensuração da Qualidade Urbana. (BORJA, 1997 *apud* BORJA & MORAES, 2002).

De maneira específica, o marco nos estudos sobre percepção da qualidade ambiental, consistiu na publicação em 1973, em Paris, do *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality/Final Report*, MAB Report Series/UNESCO, onde foram analisadas: [1] a significância dos estudos sobre percepção da qualidade ambiental e do próprio conceito; [2] as proposições de diretrizes metodológicas e abordagens, e [3] os estudos dirigidos a áreas e/ou situações específicas (riscos ambientais, áreas ecológicas periféricas, parques nacionais e outras unidades de conservação, áreas de tombamento do patrimônio cultural, ambientes urbanos). (GUIMARÃES, 2004; 2005/a)

Neste relatório, o meio ambiente é considerado como um sistema multi-dimensional de complexas interrelações em contínuos estados de transformações (UNESCO, 1973:11), e o conceito de *percepção ambiental* no contexto deste relatório é expresso como “*is meant the ways in which man senses and understands the environment (natural and man-made), specially as influenced by social and cultural factors. This involves a consideration of the level of knowledge and its organization, the values that are placed upon environment, man’s preferences, and the way in which choices are exercised and conflicts resolved.*” (UNESCO, 1973:09).

O arquiteto italiano, radicado no Brasil, Jorge Wilhelm (1976: 133-135), ao considerar suas reflexões sobre as variações e combinações dos múltiplos aspectos e dos fatores ambientais objetivos e subjetivos, externos ou internos que influenciam o bem-estar individual e coletivo em suas várias dimensões (física, biológica, ecológica, cultural, psicológica, geográfica, etc), destaca os seguintes fatores básicos que determinam a qualidade de vida:

- *sentir-se saudável, tendo caráter subjetivo;*
- *a proteção física;*
- *prazer, através da satisfação sensorial, sentimentos e realizações, orientação moral e ética do indivíduo que caracterizam seu padrão cultural;*
- *conforto, resultante da relação homeostática do indivíduo e meio-ambiente, incluindo portanto a ordem, limpeza e despoluição do ambiente;*
- *a liberdade espacial, dos dimensionamentos mínimos e a qualidade da paisagem;*
- *silêncio, responsável para a recuperação física e psíquica;*
- *os equipamentos, coletivos ou privativos, variando o grau de satisfação segundo as classes sociais;*
- *a privacidade, associada ao espaço disponível e ao silêncio, estabelece um limite entre o coletivo e o pessoal;*
- *a segurança: física (contra agressões, assaltos e roubos), moral (racismo), econômica, relativa ao futuro, preparando o indivíduo à mudança e a orientação visual, cujo espaço permite uma identificação de pontos de referência;*
- *papel social, através do reconhecimento, realização e auto-estima do indivíduo pela coletividade;*
- *liberdade de expressão (física, formal, de opinião, de criação, de movimento), de informação, de opções econômicas.*

Sendo assim, a percepção, a interpretação e a representação da qualidade ambiental e de vida urbanas refletem os valores vigentes nas sociedades e as problemáticas enfrentadas tanto no plano socioeconômico e cultural, como nos planos físico e biológico da cidade, que interferem de algum modo no cotidiano urbano, afetando a qualidade de vida dos habitantes, percebida e interpretada através de formas tangíveis ou não.

Atualmente, de acordo com o Grupo de Qualidade de Vida, da Divisão de Saúde Mental da Organização Mundial de Saúde, citado pelo Serviço de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), conceituamos “qualidade de vida” como “*a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*” (WHOQOL GROUP, 1994). Este conceito envolve uma pluralidade de dimensionamentos, incluindo as condições de saúde mental das populações humanas, sendo abordado por diferentes áreas da medicina e psicologia. De modo geral, abarca seis níveis de domínios:

Domínio I – Domínio Físico;
Domínio II – Domínio Psicológico;
Domínio III – Nível de Interdependência;
Domínio IV – Relações Sociais;
Domínio V – Meio Ambiente;
Domínio VI – Aspectos Espirituais/Religião/Crenças Pessoais

Sobre as convergências desta perspectiva e a de Wilhelm (1976), podemos considerar que a qualidade ambiental e de vida são influenciadas por todos os subsistemas que estão presentes na vida nas cidades, constituídos por uma marcante heterogeneidade de fatores e atributos positivos e negativos, que influencia através de seus desdobramentos de natureza objetiva ou subjetiva, as percepções, interpretações e representações das imagens individuais e coletivas de sua “*atmosfera urbana*”, considerados os seus “*efeitos de ordem física, biológica e psicológica [ou interpessoal]*” (ZLUTNICK & ALTMAN, 1972).

Nesta confluência de percepções e interpretações, devemos também lembrar que de acordo com os princípios da *Agenda 21* (1992), os indicadores da qualidade ambiental e de vida fundamentam-se em conceitos de sustentabilidade, envolvendo e reunindo os aspectos naturais e culturais do meio ambiente:

- *Igualdade e inclusão social, através do acesso a todos os serviços básicos como educação, emprego, energia, saúde, habitação, formação e transporte;*
- *Exercício da cidadania, verificando a participação da comunidade no planejamento e decisões na construção da cidade, especialmente em nível local;*
- *Relação entre ações locais e reações globais, analisando as necessidades da produção e consumo;*
- *Economia local, aproveitando as potencialidades locais na criação de empregos, de modo a minimizar impactos ambientais;*
- *Proteção ambiental, em uma abordagem sistêmica;*
- *Herança cultural e qualidade do ambiente construído, através da proteção do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico e aumento da atratividade e funcionalidade dos espaços construídos.*

Enquanto a qualidade ambiental percebida continuar correspondendo aos anseios do usuário que vislumbra seu próprio bem-estar (a qualidade de vida no nível dos desejos), a visão contemporânea sobre gerenciamento e planejamento urbano e ambiental deverá buscar estratégias e procedimentos que conciliem as perspectivas ecológicas estabelecidas na Agenda 21 e em outros documentos e convenções sobre a proteção do meio ambiente.

Sob este ângulo, os critérios de valoração elaborados pela população em geral, pertinentes aos índices ambientais nem sempre favorecem o meio natural e o meio construído, seja por desconhecimento/entendimento das causas e efeitos, seja por falta de conscientização sobre a interdependência e a interrelação dos elementos ambientais, ou ainda pelas disparidades entre a realidade percebida e a existente de fato expressa pelos indicadores, e, conseqüentemente, interferem com maior ou menor intensidade e magnitude nas relações Homem/Meio Ambiente.

Para Guimarães (2004; 2005/a; 2005/b), os níveis perceptivos, interpretativos e representativos que são compreendidos por estes domínios envolvem faces objetivas e subjetivas, tais como a capacidade de acesso, de adaptação, de interação, de mobilidade, de participação, de disponibilidade, aprendizados, memória e experiências, entre outras. Deste modo, quando pensamos em percepção e interpretação da qualidade de vida, podemos considerar que à medida que temos diferentes grupos de população, representando diversas culturas, segmentos sociais, econômicos, etc., também temos uma diversidade de processos cognitivos, perceptivos e interpretativos a respeito do entendimento da qualidade ambiental e da qualidade de vida, de seus significados e até mesmo de seus processos de ressignificação num contexto de múltiplas variáveis de intervenção.

Estas situações envolvem ainda a ocorrência de incongruências e conflitos perceptivos e interpretativos justamente devido às diferenças de condições/situações individuais e coletivas, levando a distorções na apreensão das realidades ambientais, e, conseqüentemente, nas escolhas de alternativas de intervenções, materializando-se, ainda, muitas vezes em conflitos sócio-econômicos e culturais que podem ser visíveis ou não em uma dada paisagem.

De modo geral, durante a elaboração de juízos de valores respectivos ao meio ambiente, à proteção do patrimônio natural e cultural, etc, verificamos muitas vezes que as opiniões e conceitos da população sobre a qualidade ambiental correspondem a valores da própria qualidade de vida, já que a qualidade do ambiente é então associada ao conforto e aos interesses particulares. De encontro a tal afirmação, Berdoulay (1992) diz que é no nível do cotidiano, do vivido, do seu ritmo e dos lugares que lhe pontuam que é julgada a qualidade de vida.

Como podemos observar, as alterações e/ou transformações físicas e biológicas nos ambientes construídos podem gerar a percepção de um desconforto ambiental, em uma clara situação de sobrecarga de sistemas (MILGRAM, 1970), diante dos vários aspectos da vida urbana que interferem e interagem tanto na qualidade ambiental como na qualidade de vida humana (fatores externos agindo sobre fatores internos), ocasionando níveis de estresse causados, por exemplo, pelo aumento da sensação térmica, poluição do ar, congestionamento de veículos, e inacessibilidade a certos locais da cidade devido a enchentes ou até mesmo criminalidade.

Também, se faz necessário lembrarmos que várias mudanças e transformações ambientais, políticas, sociais e econômicas (tanto aquelas de pequena como de grande magnitude, visibilidade, intensidade, etc), a que somos submetidos, nem sempre são percebidas no momento em que ocorrem, mas apenas posteriormente, através da constatação dos vários efeitos e de suas conseqüências, em razão de experiências cotidianas, acesso à informação e conhecimento, visão cultural e dos atributos e valores que conferimos ao meio ambiente, sensibilizando-nos em relação à percepção dos impactos positivos e negativos, e no último caso, sobre as alternativas viáveis relacionados às medidas preventivas, corretivas ou mitigadoras. (GUIMARÃES, 2004; 2005/a).

Sendo assim, como se pode identificar e valorar os problemas ambientais da cidade, tomando-se em conta a gestão participativa, e solucioná-los de maneira a promover não somente a sensação de bem-estar da população como também contribuir para a sustentabilidade do meio ambiente?

A Cidade é o que o Homem Pensa

O desenho urbano sempre considerou a presença da Natureza como fator contribuinte para a qualidade do meio ambiente. As áreas verdes, que em um primeiro momento foram valorizadas pela estética na configuração dos traçados da paisagem, passaram a ser tratadas de forma mais ampla, abarcando preocupações de caráter ecológico na busca de melhorias da qualidade ambiental e de vida de seus habitantes, a exemplo das funções de controle do micro-clima urbano, contribuindo para a despoluição da cidade através da ação dos ventos, proporcionando maior sociabilidade nas áreas livres, etc. Criaram-se os parques urbanos, e, enfim, a simples arborização e ajardinamento passaram a distinguir os bairros nobres dos populares, mais adensados e com menos áreas verdes circundantes.

Esta inserção de elementos naturais na composição paisagística dos ambientes construídos representou, em muitos lugares, um grande atrativo em termos de fatores ambientais para o desenvolvimento de fontes de satisfação individual e comunitária por parte das populações, sendo também percebido e interpretado como medidas concernentes à prevenção e a mitigação dos problemas relacionados à crise urbana e sua complexidade, estimulando sentimentos biofílicos e topofílicos.

Além dos aspectos referentes à vegetação, temos, em nossos dias, a valoração dos recursos hídricos transcendendo a idéia de abastecimento e limpeza das cidades, remota do Sanitarismo, dado o reconhecimento da possível escassez deste recurso e sua importância, principalmente do ponto de vista de recurso natural de uso comum e exposto a múltiplos processos que conduzem a estados de deterioração, comprometendo de maneira irreversível a qualidade ambiental a que estamos expostos.

Assim, implementam-se as áreas de preservação junto a córregos e nascentes, buscando-se medidas de proteção das águas superficiais e subterrâneas, através de ações de manejo orientadas pelas diretrizes do zoneamento urbano e ambiental, englobando o tratamento de esgotos, as soluções para a deposição de áreas de lixões, a possibilidade de reutilização da água, etc.

Ao considerarmos as bacias hidrográficas como unidade de planejamento, gestão e educação ambiental, torna-se possível a constatação e a conseqüente visualização do "percurso" das ações antrópicas. Diante desse roteiro de pontos de impactos ambientais

decorrentes, é possível viabilizarmos proposições de soluções, protocolos de emergências e processos de recuperação e revitalização da paisagem dos rios e corredores biológicos associados, garantindo assim o resgate da qualidade ambiental de vários locais e áreas de entorno.

Mas resta ainda um cenário de árduos trabalhos para uma mudança de comportamento das populações e a assimilação de novos padrões condutuais que realmente cooperem para a construção de sociedades sustentáveis. A cidade é reflexo e a materialização daquilo que o Homem pensa, e através de pesquisas junto aos diferentes segmentos de população observamos uma multiplicidade de aspectos a serem trabalhados para a melhoria da qualidade ambiental e de vida urbanas.

Dacanal (2004), fundamentada nos estudos sobre Percepção e Interpretação do Meio Ambiente, desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de verificar a qualidade ambiental e de vida percebida por habitantes de condomínios residenciais horizontais. O questionário base visava detectar o motivo que levou as pessoas à mudança da residência original para áreas em condomínios residenciais fechados, e quais os elementos e/ou aspectos que proporcionaram maior qualidade ou valor aos condomínios escolhidos, quando comparados aos outros bairros referentes à moradia anterior. De acordo com a autora, a partir das entrevistas, foram destacados alguns pontos, relacionados diretamente aos recursos naturais e conservação ambiental:

Tabela 1: Qualidade ambiental percebida e gestão participativa: elementos coletados a partir de entrevistas.

Pontos positivos (+) ou negativos (-) para a preservação ambiental

Inferências feitas a partir das entrevistas

- + 1) A valorização da Natureza é um ponto positivo para a recuperação e preservação de áreas verdes, já que foram verificados aspectos relacionados aos sentimentos de biofilia e de hidrofília nos relatos dos entrevistados.

- 2) No entanto, a Natureza em sua forma primitiva, a floresta, pode ser vista como um lugar perigoso, o que não é o caso da Natureza humanizada (jardins). Acredita-se que isto pode ser amenizado com programas educativos ambientais, ou caso contrário, a geração de áreas de preservação pode não ter o apoio efetivo da população.

- + - 3) A segurança é um novo item relacionado à qualidade ambiental e de vida das pessoas, daí a criação de inúmeros condomínios fechados. Portanto, as áreas públicas devem ser criadas cumprindo tal requisito, bem como o sistema de segurança público deve ser eficiente, para que haja a vitalidade e segurança urbanas.

- + 4) Lugares apropriados para o esporte ao ar livre propiciam a interação entre a vizinhança, e assim, favorecem a inserção social.

- + 5) Há pessoas esclarecidas em relação à importância da coleta de lixo seletiva, tratamento de esgotos, manutenção das áreas verdes, permeabilidade do solo, etc., em geral profissionais da área. Estas pessoas podem se tornar importantes agentes multiplicadores e líderes na criação de associações de bairro e implantação de programas ambientais.

- + 6) Equipamentos comunitários são valorizados por famílias com crianças, e por aqueles que não usufruem o lazer na própria habitação. Desta forma, a priorização na implantação de equipamentos comunitários de lazer é fundamental em loteamentos com lotes pequenos, cuja casa não possui área suficiente para o lazer, contribuindo positivamente na inserção e na recreação da comunidade.

-

7) Áreas verdes proporcionam a sensação de despoluição, qualidade sonora (pois atraem pássaros e diminuem a intensidade da poluição sonora, ao formarem barreiras, ocasionada pelo tráfego de veículos); qualidade visual - estética, conforto climático (áreas de sombra), prazer olfativo e contemplativo.

+

8) Muitos não têm consciência das causas das enchentes, mas as vêem como um problema, principalmente pelo impedimento de acesso através das ruas afetadas e pela propagação de pragas urbanas – pernilongos, ratos, etc. Há também necessidade de se trabalhar o tema recursos hídricos no contexto urbano através de programas de educação ambiental.

-

9) O uso do solo sem diversidade, como por exemplo o de uso exclusivamente residencial, desfavorece o pedestrianismo e incentiva o uso de transportes automotores. Portanto, deve-se priorizar o uso do solo misto, prevendo-se os serviços básicos para atender a população de um bairro.

-

Organização: Dacanal, C., 2006.

Em razão destas perspectivas, temos que para conjuntos de perguntas e respostas semelhantes tornou-se possível fazer inferências que contribuem para o planejamento ambiental e urbano, verificando a ocorrência de pontos ou aspectos negativos na visão da população, de maneira a propor programas de educação ambiental visando a correção destes desvios, distorções e/ou conflitos perceptivos e atitudinais, mediante atividades que estimulem o desenvolvimento de uma conscientização sobre a realidade ambiental vivenciada nos locais de moradia e na cidade. Estas ações levam, assim, ao sentido de ser parte de um todo, sendo capazes de promover uma interação de maneira ativa ou proativa na proposição de medidas conservacionistas, contribuindo de forma particularmente importante, para índices mais satisfatórios de qualidade ambiental e de vida.

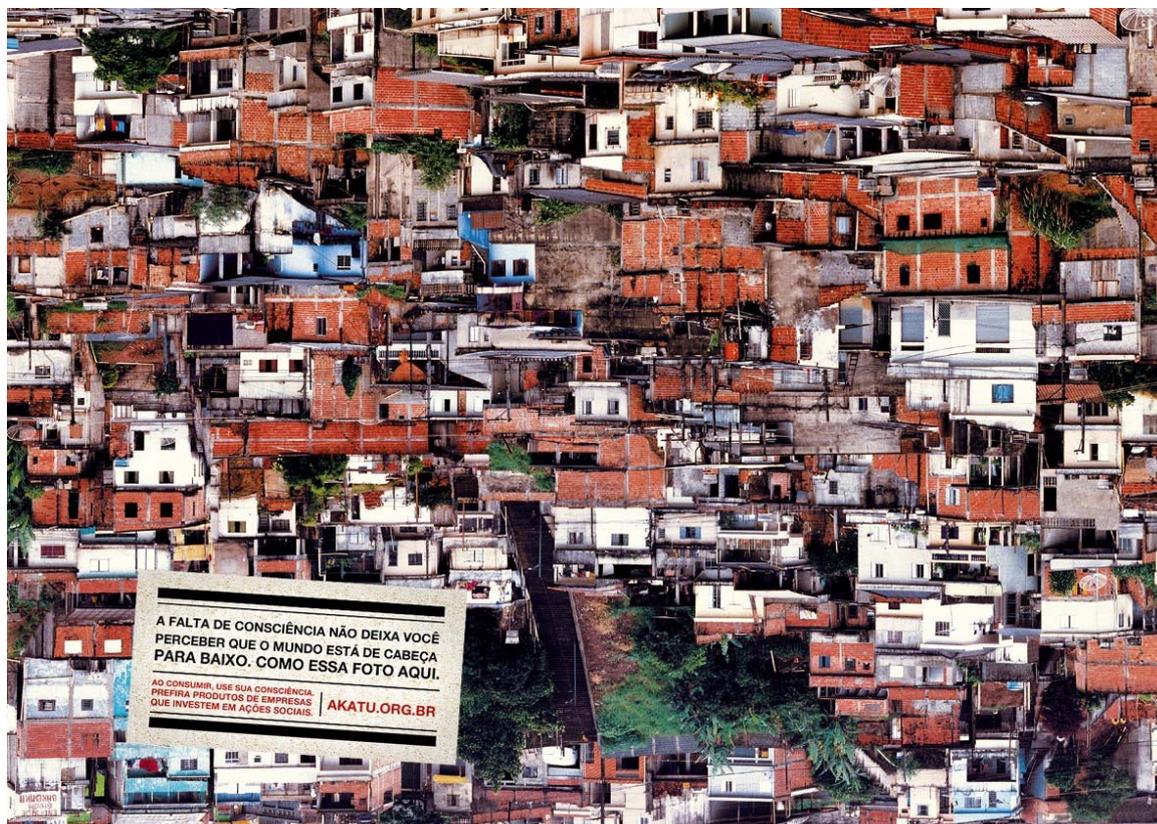
O conhecimento de indicadores e fatores objetivos e subjetivos na construção dos conceitos de qualidade ambiental e de qualidade de vida vem auxiliar de modo fundamental na detecção e análise dos problemas ambientais urbanos, subsidiando a elaboração de programas de educação e segurança ambientais, essenciais para uma gestão urbana participativa efetiva, orientando a introdução de novos padrões atitudinais e condutuais na população, ou seja, propiciando a inserção de novos hábitos ao criarmos padrões mais conscienciosos para um aproveitamento racional dos recursos naturais disponíveis, ou para

uma utilização responsável dos recursos ambientais, de acordo com as necessidades das comunidades urbanas envolvidas.

Diante destes cenários, acreditamos que a implantação de programas de Educação Ambiental, fundamentados nos estudos e pesquisas sobre Percepção, Interpretação e Representação Ambiental, se caracteriza como valioso subsídio na implementação de políticas públicas urbanas devidamente adequadas e adaptadas às diversas comunidades, representando instrumentos importantes na inserção e participação de segmentos diferenciados de população durante os processos de tomada de decisões e de busca de soluções para problemas relacionados à gestão do meio ambiente, em suas diferentes escalas geográficas.

Finalizando, mediante o conhecimento dos níveis reais de qualidade ambiental e de vida, bem como dos mecanismos de ação que garantem os requisitos básicos da conservação da qualidade do meio ambiente, temos na Educação Ambiental uma aliada essencial, ao servir de suporte para muitas etapas pertinentes à gestão ambiental urbana, na medida em que evidencia os modos de vida, anseios, desejos, necessidades e visões dos habitantes destas cidades, ampliando o comprometimento da população com as ações cotidianas mediante o exercício efetivo da cidadania (GUIMARÃES, 2004; 2005/a; 2005/b), conscientizando-a da sua participação direta e indireta na construção de sua comunidade e de sua responsabilidade e compromisso ético com a conservação/preservação do meio ambiente.

**Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida:
um teste para a sua percepção e consciência.**



Fotografia: Mário Daloia para Agência Léo Burnett, uso autorizado em 06 março/2006, através do *Instituto AKATU – pelo consumo consciente*

Referências Bibliográficas:

AGENDA 21 - Resumo. **Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro de Conferência das Nações Unidas, 1992.

ALVES, A. C. **Qualidade de vida e processos sócio-ambientais em Indaiatuba-SP: Estudo de caso do Bairro Jardim Morada do Sol**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Rio Claro: UNESP, 2003.

ASSUMPÇÃO, L. O. T. et al. **Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida**. Notas Introdutórias. EFDEportes.com, Buenos Aires, v. 8, n. 52, set. 2002. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/> Revista Digital> Acesso em: dez. 2002.

BARRET, F. A. The role of French-language contributors to the development of medical geography (1782-1933), **Social Science & Medicine**, v. 55, jul., p.155-165, 2002.

BERDOULAY, V. Les valeurs géographiques. In: BAILLY, A ; ROBERT, F; PUMAIN, D. **Encyclopédie de géographie**. Paris : Economica, 1992. p. 385-402.

BORJA, P. C. & MORAES, L.R. Indicadores de saúde ambiental com enfoque para a área de saneamento. Parte 1 – aspectos conceituais e metodológicos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Vol. 8 - Nº 1 - jan/mar 2003 e Nº 2 - abr/jun 2003, p. 13-25

BRAVO, M. T; VERA, S. F. El concepto de calidad de vida: una revisión de su alcance y contenido, **Geografia**, Venezuela, v. 34, n.2, p. 275-295, 1993.

CHOAY, F. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Cia. City de Desenvolvimento. **Material institucional da empresa**, São Paulo: Cia City, 2002.

COCOZZA, G. P. **Sustentabilidade ambiental**: sistematização crítica das novas proposições urbanísticas. Dissertação DE Mestrado em Engenharia Urbana. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2002.

DACANAL, C. **Acesso Restrito**: reflexões sobre a qualidade ambiental percebida por moradores de condomínios horizontais. Dissertação de Mestrado em Geografia. Rio Claro: UNESP, 2004.

DUBOS, R. **Um animal tão humano**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1974.

FARQUHR, M. Elderly People's Definition of Quality of Life, **Social Science Medicine**, vol. 41, n.10, 1995, p. 1439-1446.

FLECK, M. et al. **Desenvolvimento do WHOQOL**, 1998. (<http://www.ufrgs.br/psi/whoqol1.html>), acesso:17/08/2004.

FRANCO, M. A. R. **Desenho ambiental**: uma introdução à arquitetura da paisagem com o Paradigma Ecológico. São Paulo: Annablume, 1997.

GUIMARÃES, S. T. L. **Imagens de Lugar**: um estudo de percepção, interpretação e representação do meio ambiente. Relatório Final de Atividades Científicas/FUNDUNESP, agosto 2004.

GUIMARÃES, S. T. L. *Cidadania Planetária: uma lição de coexistência e convivência através do compartilhar*, In: **Anais do Simpósio Comemorativo aos 10 anos do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos**, CRHEA-USP, EESC, São Carlos/SP, 2005/b, p. 118-121.

GUIMARÃES, S. T. L. *Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida...* , **GEOSUL**, julho-dezembro/2005/a, p. 07-26.

HOUGH, M. **Out of Place**: restoring identity to the regional landscape. New Haven: Yale University Press, 1990.

MENDES, B. de C. **Envelhecimento populacional e qualidade de vida**. Monografia apresentada para Exame de qualificação no Curso de pós-graduação em Geografia, IGCE/UNESP. Rio Claro, setembro, 2003.

MILGRAM, S. *The experience of living in cities: Adaptations to urban overload create characteristic qualities of city life that can be measured*. **Science**, 167, 1461-1468, 1970.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

UNESCO. *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality, Final Report/Programme on Man and the Biosphere (MAB)*. Paris: UNESCO, 1973.

URTEAGA, L. *Miseria, miasmas y microbios. Las topografías medicas y el estudio del medio ambiente en el siglo XIX.*, **Revista Geo Critica**, n. 29, setembro/1980.

SERVIÇO de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Grupo de qualidade de vida da divisão de Saúde Mental da O.M.S.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq.html>>. Acesso em: dez. 2002.

WILHEIM, J. **O substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

WOLFF, S. F. S. **Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura**. São Paulo: Editora da USP; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ZLUTNICK, S. & ALTMAN, I. *Crowing and Human Behavior*, In: WOHLWILL, J. & CARSON, D. (eds). **Environment and Social Sciences: perspectives and applications**. Washington: American Psychological Association, 1972.

Agradecimentos Especiais :

a Géssica Elen, do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente - www.akatu.org.br, por mediar tão gentilmente a solicitação do uso da foto;

ao fotógrafo Mário Daloia e a Agência Léo Burnett, por permitirem o uso da mesma: ela foi essencial para nosso texto.